



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

FERNANDA MOREIRA DE AQUINO

**OS SABERES PEDAGÓGICOS E A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CENTRO DE
REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, EM PICOS-
PIAUÍ: UM ESTUDO DE CASO**

PICOS - PI

2014

FERNANDA MOREIRA DE AQUINO

**OS SABERES PEDAGÓGICOS E A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CENTRO DE
REFERÊNCIA ESPECIALISADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, EM PICOS-
PIAUI: UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de Prática e Pesquisa Educativa III como requisito final para obtenção do título de graduado, sob a orientação da Professora Me. Maria Dolores dos Santos Vieira.

PICOS - PI

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo**

A657s Aquino, Fernanda Moreira de.

Os saberes pedagógicos e a atuação do pedagogo no centro de referência especializado – CREAS, em Picos-Piauí: um estudo de caso / Fernanda Moreira de Aquino – 2014.

CD-ROM ; 4 ¾ pol. (56 f.)

Monografia(Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2014.

Orientador(A): Profa. Ms. Maria Dolores dos Santos Vieira

1. Saberes Pedagógicos. 2. Educação Não Formal. 3. Medidas Socioeducativas. 4. Liberdade Assistida. I. Título.

CDD 370.71

FERNANDA MOREIRA DE AQUINO

OS SABERES PEDAGÓGICOS E A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CENTRO DE
REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS, EM
PICOS, PIAUÍ: UM ESTUDO DE CASO

MONOGRAFIA APRESENTADA EM: 15 / 01 / 2015.

BANCA EXAMINADORA

Maria Dolores dos Santos Vieira

PROF^a: Me. MARIA DOLORES DOS SANTOS VIEIRA
ORIENTADORA

Antonia Regina dos Santos Abreu Alves

PROF^a: Me. ANTÔNIA REGINA DOS SANTOS ABREU ALVES
EXAMINADORA

Cristiana Barra Teixeira

PROF^a: Me: CRISTIANA BARRA TEIXEIRA
EXAMINADORA

Dedico primeiramente a Deus que sempre esteve ao meu lado e a minha MÃE pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter permitido que eu conseguisse chegar até aqui, não deixando que desanimasse diante dos obstáculos e dificuldades da vida.

Agradeço a minha mãe por ter participado de todo o processo de realização desse trabalho, e por ter segurado a minha mão nos momentos de angústia, por ter devotado todo o seu amor, confiança e sempre ter acreditado que eu conseguiria realizar com êxito a minha pesquisa.

Agradeço aos meus queridos amigos Ana Maria Cosmo, Aguiel Fernandes, Jardel Silva e Vicente Neto por terem feito parte de momentos inesquecíveis de muita alegria e companheirismo, pois o laço de amizade que construímos não será desfeito com o término do curso, ele se fortalecerá ainda mais.

Agradeço as queridas professoras Erinalda de Sousa Hipólito de Barros, Joselma Gomes, Maria César de Sousa por terem feito parte em alguns momentos da minha vida acadêmica, momentos esses de muito aprendizado, crescimento intelectual e humano.

E não poderia deixar de agradecer a minha querida orientadora, a professora Maria Dolores dos Santos Vieira, pessoa maravilhosa que conquista, a cada dia, os seus alunos com carinho, sabedoria e acima de tudo a humildade que só os verdadeiros sábios possuem. Sem ela jamais teria conseguido realizar esse trabalho. Obrigada!

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender – e – ensinar. Para saber, para fazer, para ser e conviver, todos os dias misturados à vida com educação, com uma ou como várias educação, educações [...] não há forma única nem único modelo de educação; a escola não é o único lugar que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática. BRANDÃO (1993, p.7).

RESUMO

O presente trabalho constitui-se de uma pesquisa que tem como tema de estudo os saberes pedagógicos e a atuação do pedagogo no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, em Picos - PI. O intuito desta pesquisa foi o de investigar como é desenvolvido o trabalho pedagógico com adolescentes que cumprem medida socioeducativa de Liberdade Assistida no CREAS. Para o desenvolvimento deste estudo, de início, foi realizada revisão bibliográfica buscando teorias que pudessem fundamentar o tema em questão, o que serviu como subsídio para a realização da pesquisa de campo realizada no CREAS. A técnica de pesquisa para coleta das informações buscada nesse trabalho foi o questionário com perguntas abertas para a pedagoga da unidade, interlocutora desse estudo, objetivando descrever as interrelações que envolvem os saberes pedagógicos e a educação não formal, assim como a compreensão do adolescente infrator através da sua história de vida, qual o papel e o alcance da medida socioeducativa de Liberdade Assistida para o adolescente infrator. Sendo assim, a realização do presente trabalho contribui para que essas questões encontrem respostas e sirvam de caminhos para posteriores pesquisas acerca dessa temática. Quanto ao método adotou-se o estudo de caso enquanto modalidade da pesquisa. Sustentam a investigação diversos autores como: Tardif (2010), Gadotti (1994), Freire (2003), Libâneo (2007), Brandão (1996), entre outros. Pelo estudo ficou evidente que o trabalho pedagógico desenvolvido pela pedagoga no CREAS abrange processos de formação que são fundamentais para a vida dos adolescentes e o convívio com as suas famílias e comunidade, compreendeu-se que os processos educativos promovem ações de construção individual e coletiva desses jovens visando a emancipação dos mesmos para que eles possam entender e refletir sobre a realidade na qual estão inseridos, e assim buscarem um novo projeto de vida. Espera-se que a presente pesquisa contribua para reflexões futuras sobre a atuação do pedagogo em contextos não escolares de forma que esse(a) profissional tenha validado o seu papel pedagógico fora do ambiente escolar de forma mais consistente.

Palavras- chave: Saberes pedagógicos. Educação não formal. Medidas socioeducativas de Liberdade Assistida.

RESUMEN

Este artículo presenta una investigación que tiene como objeto de estudio el conocimiento pedagógico y las acciones del profesor en el Centro de Referencia Especializada para la Asistencia Social - CREAS en Picos - PI. El propósito de esta investigación fue investigar cómo se ha desarrollado el trabajo pedagógico con los adolescentes que cumplen medida socioeducativa de Libertad Asistida en CREAS. Para desarrollar este estudio, la iniciación, revisión de la literatura se realizó en busca de teorías que podrían justificar el tema en cuestión, que sirvió como insumo para la realización de la investigación de campo realizada en CREAS. La técnica de investigación para recopilar la información solicitada en este estudio fue un cuestionario con preguntas abiertas para el educador unidad, representante de este estudio, con el objetivo de describir las relaciones que implican el conocimiento pedagógico y la educación no formal, así como la comprensión del adolescente infractor a través de su historia de vida, ¿qué papel y el alcance de las medidas socio-educativas de Libertad Condicional para el adolescente infractor. Por lo tanto, la aplicación de este trabajo contribuye a estas preguntas y encontrar respuestas servir como direcciones para futuras investigaciones sobre este tema. Hemos adoptado como método para el estudio de caso como método de investigación. Apoyar la investigación de varios autores como: Tardif (2010), Gadotti (1994), Freire (2003), Libâneo (2007), Brandão (1996), entre otros. El estudio se hizo evidente que la labor educativa del pedagogo en CREAS cubre los procesos de formación que son fundamentales para la vida de los adolescentes y que viven con sus familias y la comunidad, se entendió que la educación promueve la construcción individual y colectiva de las acciones de éstos los jóvenes que buscan la emancipación de ellos para que puedan entender y reflexionar sobre la realidad en la que viven, y así buscar un nuevo proyecto de vida. Se espera que esta investigación contribuirá a futuras reflexiones sobre el papel del docente en contextos no escolares para que (a) profesional ha validado su función educativa fuera del ambiente escolar más consistente.

Palabras clave: Conocimiento pedagógico. La educación no formal. Las medidas educativas de libertad condicional.

LISTA DE SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

LA- Liberdade Assistida

LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

NOB- Norma Operacional Básica

ONGs- Organizações Não Governamentais

PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIA- Plano Individual de Atendimento

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

PNI- Estatuto Nacional do Idoso

PSC- Prestação de Serviço à Comunidade

PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

SEST- Serviço Social do Transporte

SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SEMTAS- Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01

Desenvolvimento do trabalho pedagógico.....35

Quadro 02

Relações entre os saberes pedagógicos e a educação não formal.....36

Quadro 03

Compreender o adolescente através da sua história de vida.....37

Quadro 04

Papel e alcance da medida socioeducativa de Liberdade Assistida.....38

Quadro 05

Dificuldades para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.....39

Quadro 06

Faixa etária dos adolescentes.....40

Quadro 07

Estrutura socioeconômica, cultural e familiar dos adolescentes.....41

Quadro 08

Escolaridade dos adolescentes.....42

Quadro 09

Relação estabelecida entre CREAS, escola e família dos adolescentes.....43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 AS INTERRELAÇÕES DOS SABERES PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: construindo pontes	12
1.1 O pedagogo em espaços não formais de educação.....	12
1.2 Os saberes pedagógicos aplicados a um contexto socioeducativo	16
2 O ADOLESCENTE INFRATOR E A SUA HISTÓRIA DE VIDA: ponto de partida ou de chegada	19
2.1 Considerações sobre a adolescência e o adolescente infrator no espaço do CREAS.....	19
2.2 A medida socioeducativa de liberdade assistida no CREAS de Picos	22
3 REFLEXÕES METODOLÓGICAS: o caminho e os achados da pesquisa	25
3.1 Contextualizando a pesquisa	25
3.2 O CREAS: espaço educativo e de convivência	29
3.3 Instâncias, parceiros e profissionais que compõem o Sistema de Garantia de Direitos dos Adolescentes.....	31
3.4 Análise e discussões dos achados da pesquisa	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICES	49

INTRODUÇÃO

A atuação do Pedagogo em espaços escolares ou não escolares direciona-se a uma reflexão aprofundada sobre a questão de sua formação e os campos de atuação a qual ela se direciona. Durante a formação acadêmica do pedagogo percebe-se uma preparação voltada principalmente para a formação docente e gestão pedagógica, um campo bastante restrito para a atuação pedagógica. Tendo como pano de fundo as restrições que se faz a respeito da atuação do pedagogo em espaços não escolares, esse estudo constitui-se de uma pesquisa que tem como propósito analisar como se dá a aplicação dos saberes pedagógicos e a atuação do pedagogo no Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, em Picos, Piauí.

O interesse de pesquisar sobre essa temática surgiu da possibilidade de mostrar que a educação como prática social ativa pode ser um agente que ocasiona mudanças no desenvolvimento dos adolescentes que são atendidos no CREAS, pois o pedagogo possui a capacidade de desenvolver ações que contribuem para o crescimento pessoal, social, cultural e humano desses indivíduos, de suas famílias e comunidade.

O estudo é de grande relevância para a sociedade conhecer o trabalho que pode ser desenvolvido pelo(a) pedagogo(a) com adolescentes infratores(as), pois quando fala-se em educação social, espaços não formais de educação percebe-se que o trabalho pedagógico tem a sua utilidade social oferecendo uma proposta educacional humanizadora capaz de proporcionar oportunidades de desenvolvimento pessoal e reintegração desses indivíduos na sociedade.

Para compor a questão central desse estudo foram propostos os seguintes questionamentos: Como são identificadas as interrelações que envolvem os saberes pedagógicos e a educação não formal? Como é compreendido o adolescente infrator através da sua história de vida? Qual é o alcance das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (L.A) para adolescentes infratores?

Traçou-se como objetivo geral dessa pesquisa investigar como é desenvolvido o trabalho pedagógico com adolescentes infratores que cumprem medida socioeducativa de Liberdade Assistida no CREAS, e para alcançar tal objetivo foram traçados os seguintes objetivos específicos: identificar as interrelações que envolvem os saberes pedagógicos e a educação não formal; compreender quem é o adolescente infrator através da sua história de vida e de suas vivências no espaço do CREAS; refletir sobre o papel e o alcance da medida socioeducativa de Liberdade Assistida para o adolescente infrator.

A referida pesquisa é de caráter qualitativo com enfoque descritivo classificando-se como estudo de caso e teve o objetivo de coletar por meio da observação e questionário aplicado à pedagoga do CREAS, informações sobre o trabalho pedagógico que é desenvolvido com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de Liberdade Assistida no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, na cidade de Picos.

O presente estudo está dividido em três capítulos, no primeiro discorre-se sobre as interrelações dos saberes pedagógicos na educação não formal, bem como a aplicação desses saberes em um contexto socioeducativo. Para esse fim recorreu-se às observações das práticas pedagógicas e diversos encaminhamentos educativos realizados nessa ambiência e voltados para essas(es) interlocutoras(es).

No segundo capítulo é apresentada uma contextualização sobre o adolescente infrator e a sua história de vida, ressaltando as transformações ocorridas no período da adolescência e algumas considerações sobre as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida na unidade do CREAS, em Picos.

No terceiro capítulo discute-se e analisa-se os caminhos e achados da pesquisa abordando a compreensão a respeito da mesma. Em seguida são apresentadas as considerações finais nas quais foram apresentadas de forma sistemática as ideias centrais da investigação.

Dessa maneira, esse trabalho teve como ponto principal a discussão em torno da educação como prática social e o pedagogo como educador social que conduz essa prática, para que se promova o entendimento de que o trabalho pedagógico vai além dos muros da escola e que os processos metodológicos de ensino e aprendizagem são necessários para os contextos não escolares, soma-se a isso o fato de que a realização de um estudo direcionado para questões que envolvem a atuação do pedagogo em um espaço não escolar é de suma importância para estudantes do Curso de Pedagogia, pois a partir deste pode-se afirmar para a sociedade que as habilidades do pedagogo não se restringem, meramente, a educação formal, elas têm as suas ramificações e permitem o desenvolvimento dos saberes pedagógicos, também, em um contexto que envolve a educação não formal.

1 AS INTERRELAÇÕES DOS SABERES PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: construindo pontes

Vive-se em um mundo moderno onde acontecem mudanças constantemente, e nesse contexto, o Curso de Pedagogia vem causando transformações que afetam o comportamento das pessoas, pois percebe-se que o profissional pedagogo é possuidor de habilidades para desempenhar o seu trabalho em locais fora do contexto escolar, uma vez que o mesmo está capacitado para desenvolver as suas atividades em diversas instâncias que envolvem práticas educativas, entretanto, parecem ainda serem reduzidas as oportunidades de atuação desse profissional em espaços não escolares e talvez isso se deva à falta de conhecimento da própria sociedade sobre a gama de possibilidades que esse profissional tem de assumir funções de cunho educativo em diversos espaços não escolares.

Por esse viés, a organização dos processos que envolvem a transmissão dos conhecimentos faz dos saberes e práticas pedagógicas ações intencionais que buscam o desenvolvimento humano e contribuem para a construção de um trabalho que desmistifique fatos excludentes que envolvem o Curso de Pedagogia, entendendo que o profissional pedagogo está capacitado para desenvolver o seu trabalho para além dos muros da escola. Na próxima seção se abordará aspectos relevantes acerca da atuação do pedagogo em espaços não formais.

1.1 O pedagogo em espaços educativos não formais

A Pedagogia surgiu na década de 30, no Brasil, mais precisamente em 1939. O curso se expandiu e vem sofrendo alterações de cunho legal e curricular com o passar dos anos, no entanto, em nossa sociedade, ainda existe o mito de que o pedagogo é um profissional que tem os seus saberes e habilidades voltados para o ambiente escolar atuando como professor das séries iniciais, gestor, coordenador pedagógico, supervisor, entre outros.

Aos poucos o Curso de Pedagogia vem quebrando barreiras e ampliando os seus horizontes com relação ao campo de atuação do pedagogo e, é cada vez mais frequente a procura por esse profissional para desempenhar o seu trabalho em espaços não escolares promovendo a desmistificação de relatos da nossa história que se relacionam à formação do professor(a)/pedagogo(a).

Para que se entendam melhor os processos educativos é preciso que se conheçam as diferenças existentes entre os tipos de educação como a formal, informal e não formal. Gohn (2004, p. 39) nos ajuda nessa compreensão:

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante o seu processo de socialização na família, bairro, clube, amigos etc, carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.

Diante dessa explicação percebe-se que a educação apresenta conceitos diferentes com um único objetivo, a igualdade, o direito de todos os sujeitos de possuírem as mesmas oportunidades, a capacidade de se desenvolverem com responsabilidade e de serem valorizados pessoal e socialmente.

Dessa forma diante da atual realidade onde as desigualdades sociais, culturais, e econômicas são gritantes, abre-se um espaço que configura-se como um cenário para novas ações educativas, possibilitando ao pedagogo o desenvolvimento de suas atividades em espaços diferenciados que não se restringe ao espaço escolar, e sim para além dele.

A tradição de que a formação pedagógica está voltada para ensinar crianças ainda é um fato não só na sociedade como também na formação acadêmica, mesmo sabendo que a Pedagogia é uma ciência da educação que direciona os seus conhecimentos para o estudo sistemático das práticas educativas, e que o pedagogo é um profissional que está habilitado para atuar em diversos locais educativos que atendam demandas socioeducativas de acordo com as exigências decorrentes da realidade social, persistem visões retrógradas a respeito do campo de atuação do pedagogo(a).

Sabendo-se que a prática pedagógica é uma ação sistematizada e intencional, pode-se dizer então que o pedagogo é um profissional que possui habilidades dos saberes e fazeres pedagógicos que possibilitam o desenvolvimento do processo educacional, que se interligado à educação não formal, com a concepção de práxis educadora que transforma, viabilizará a formação de cidadãos com capacidade de transformar as suas vidas e o meio ao qual fazem parte, podendo dessa forma viverem dignamente como pessoas conscientes dos seus próprios atos e papéis sociais.

Tomando-se, então, como ponto de partida as características do ato educativo que são fundamentais para esse processo, pode-se dizer que a educação parte da intencionalidade da

atividade humana e das práticas sociais, e que os saberes pedagógicos articulam-se formando uma conexão que permite ao pedagogo(a) transitar por vários ambientes e neles intervir como agente educativo. Nessa proposição a educação se configura nos processos que auxiliam no agir pedagógico. Nessa panorâmica Tardif (2010, p. 37) concebe esse conjunto de elementos constituidores da ação pedagógica como:

[...] doutrinas ou concepções provenientes de reflexões sobre a prática educativa no sentido amplo do termo, reflexões racionais e normativas que conduzem a sistemas mais ou menos coerentes de representação e de orientação da atividade educativa.

Isto equivale dizer que as atividades educativas estão ligadas direta ou indiretamente à assimilação dos saberes e aos modos de agir definidos pela formação pedagógica para atender as diversas demandas educativas, formal ou não formal, e que o pedagogo está preparado para atender a essas demandas.

Diante desse cenário educativo podemos dizer que mudanças têm ocorrido no campo educacional e o Curso de Pedagogia, hoje, vem se inserindo em um contexto dinâmico que traz em suas práticas diferentes fatores que instrumentalizam o desenvolvimento do seu trabalho, desencadeando ações educativas participativas, e não apenas entre si, pois a educação afirma Gadotti, (1994, p. 122) “[...] é um fenômeno dinâmico e permanente, como a própria vida, e o educador busca compreender justamente esse fenômeno para compreender melhor o que faz”.

O pedagogo possui conhecimentos teóricos e práticos que podem ser aplicados tanto no espaço escolar como naqueles que não o são. O profissional pedagogo que atua em áreas distintas da escola pode fazer uma grande diferença, pois a veiculação do seu trabalho nesses locais e a sua visão voltada para o ser humano se tornou necessária e facilitadora da atuação de outros profissionais como psicólogos, psicopedagogos, médicos entre outros.

Esse profissional é dotado de saberes referentes ao processo de socialização das pessoas, visto que vivemos em um meio social com características pedagógicas, e a aplicação desses saberes fora do contexto formal de educação podem ser reforçados com o objetivo de promover uma educação voltada não apenas para conteúdos programados pelo currículo escolar, mas para proporcionar a inclusão, para trazer a possibilidade de intervir em uma aprendizagem que garanta uma vida mais justa para os indivíduos, suas famílias e comunidades, para que eles possam ter a autonomia de, conforme Freire, (1998, p. 41)

“assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, [...]. Assumir-se como sujeito [...]”.

Em consonância com as ideias de Freire (1998) defende-se a presença do pedagogo, por se ter a clareza de quanto é importante a sua interferência, por reconhecê-lo como agente transformador e humanizador dos processos de socialização, muitas vezes impostos pela instituições sociais, em particular, aquelas se prestam ao papel de recuperação social de adolescentes. A compreensão das vulnerabilidades sociais é uma das prerrogativas consideradas pelo fazer pedagógico.

Dessa forma, o trabalho pedagógico direcionado para a assistência social traz uma perspectiva animadora para grupos de pessoas que vivem às margens da sociedade, crianças e adolescentes marginalizados que precisam reconstruir os laços que integram as suas próprias histórias. De acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, título I, das Disposições Preliminares, em seu artigo 3º, diz que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata da Lei, assegurando-se-lhe, por Lei ou por outros meios todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facilitar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (2001, p.11).

Por essa linha de entendimento percebe-se de que forma são utilizados os processos educativos para a construção de vínculos e vivências entre esses indivíduos e de como são importantes, colocando assim a Pedagogia a serviço do social, trazendo esse desenvolvimento para a (re)estruturação dos valores perdidos ou violados.

Desse modo, a educação deve ser direcionada para todos os contextos nos quais se desenvolvam aprendizagem, não reduzindo essa possibilidade somente a escola, tendo em vista que a socialização do sujeito depende da educação, e a ampliação desse conceito na sociedade muitas vezes exclui as pessoas do direito de se desenvolverem como seres humanos, gerando conflitos de identidade e aceitação pessoal ou de necessidade social.

Sendo assim, pode-se dizer que a Pedagogia Social voltada para a construção de valores cria condições para desenvolver experiências fundamentais que valorizam o compromisso com a sociedade, buscando alternativas para novas práticas pedagógicas, visando compreender a realidade do processo educativo que busca a tomada de consciência para desenvolver uma educação democrática em contextos não escolares de educação, pois a perspectiva da Pedagogia é desenvolver o seu trabalho de forma eficaz visando a melhoria de

vida dos sujeitos e suas comunidades, apoiando-os na construção da identidade perdida na trajetória de vida de cada um(a).

A educação não formal configura-se como uma vertente da educação formal que precisa de um aperfeiçoamento que privilegie o desenvolvimento humano tomando como referência um novo cenário de políticas de inclusão social contemplando espaços não escolares com o propósito de que a educação seja percebida como processo de integração dos indivíduos com a sociedade, objetivando uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Nessa visão devemos buscar um entendimento sobre a educação não formal no sentido de cidadania centrada na busca por propostas educacionais que realmente transformem, que resgatem e fortaleçam os valores humanos, que busquem na recriação dos saberes pedagógicos, alternativas condizentes com a realidade, pois verifica-se uma certa fragilidade com relação ao desempenho do atendimento educacional no que diz respeito às classes populares que têm aumentado gradativamente nos últimos séculos por ocasião da falta de escolaridade que conseqüentemente leva ao desemprego, acarretando no aumento dos excluídos. Concorde-se com Cunha (1991, p.42), quando diz que se deve:

Assegurar a cada um a cultura que desenvolverá plenamente os diversos talentos pessoais. Para isso é necessário que a instrução varie segundo sua natureza e potencial, que ela se diversifique, por assim dizer, de acordo com cada indivíduo. É necessário por outro lado, que ela seja potencial de cada um segundo sua situação econômica, [...].

Sendo assim, a educação não formal é um processo social que visa uma tomada de consciência do “eu” e do meio ao qual se está inserido para que se possa estabelecer condições apropriadas para o desenvolvimento das potencialidades de cada um(a). A educação é caminho para essa conscientização e o pedagogo, o profissional que tem amparo, inclusive na formação, para contribuir para essa inclusão e descoberta das capacidades individuais assim como da valorização e melhor aproveitamento dessas em prol da construção de visões mais positivas desses(as) interlocutoras(es). Na seção seguinte, a pauta será a aplicabilidade dos saberes pedagógicos em contexto socioeducativo.

1.2 Os saberes pedagógicos aplicados em um contexto socioeducativo

Sabe-se que a sociedade é organizada e determinada por modelos econômicos capitalistas que geram a exclusão constituindo-se dessa forma como fator primordial para a geração das desigualdades na sociedade gerando por sua vez a violência, particularmente,

cometidas por adolescentes. Nota-se que as relações de desigualdades são profundas e se caracterizam por haver a classe privilegiada, uma pequena parcela da população, a falta de atenção e a quase inexistência de direitos para a grande maioria.

Nessa perspectiva, as pessoas vão se distanciando da verdadeira essência de ser humano, de serem pessoas, sujeitos de suas ações, e aos poucos vão perdendo as noções de valores como respeito, honestidade, solidariedade e tolerância que por terem perdido o significado para as suas vidas deixaram de praticá-los comprometendo dessa forma a convivência social sadia no seio da família, no meio escolar, na comunidade em que residem e a ausência da prática desses valores vão dando lugar ao egocentrismo o que as torna pessoas individualistas na qual reina a lei da selva, onde só os fortes sobrevivem causando a intolerância geradora da violência. Sobre isso Volpi (1999, p.8) assevera que:

São as crianças e adolescentes do Brasil que representam a maior parcela exposta as violações de direitos pela família, pelo Estado ou pela sociedade, exatamente ao contrário do que define a nossa Constituição Federal e suas leis complementares.

O fato de a educação ser uma prática social e assegurar-se como um direito de todos, coloca-se em pauta a prática pedagógica como um dos aspectos mais importantes e que precisa ser discutido como um processo que visa uma práxis direcionada para a transformação social dos indivíduos e não apenas para o cumprimento da grade curricular, a exposição mecânica que não possuem ligações com a realidade do indivíduo nessa assertiva Cunha (1991, p.34) colabora com a discussão quando considera que:

A instrução não deve estar reservada as elites ou classes superiores, nem ser instrumento aristocrático para servir a quem possui tempo e dinheiro. A educação deve estar a serviço do indivíduo, do “homem total”, liberado e pleno.

Nessa acepção pode-se dizer que a educação parte de uma construção coletiva, contínua e de formação permanente dos indivíduos que se dá no processo de relações entre eles e o meio formal ou não formal de ensino, pois o pedagogo pode direcionar a sua prática para contextos socioeducativos com o propósito de emancipação, permitindo ao adolescente, educando, construir a sua identidade, pois falar de educação é falar de relações pessoais e interpessoais, de interações que se estabelecem entre as pessoas em diferentes contextos sociais aos quais estão inseridas as oportunidades de se realizarem de terem consciência de si mesmas e todos os seus atos. Na esteira dessas ideias reflete-se que:

Os processos interativos estabelecidos entre pessoas, em contextos específicos, são considerados como mergulhados em e impregnados por uma matriz sócio-histórica, de natureza semiótica, compostas por elementos sociais, econômicos, políticos e culturais. (ROSSETTI - FERREIRA, 2004, p.26)

Esse raciocínio serve de base para o entendimento de que o trabalho pedagógico consiste em princípios que valorizam aquele que recebe a ação de ser educado, fazendo com que ele se sinta aceito pelo grupo como parte integrante de um ambiente organizado com regras que devem ser cumpridas para que possa se desenvolver, pois quando ele sente-se útil e aceito, consegue encontrar um novo caminho para sua vida.

O desenvolvimento das práticas pedagógicas em um contexto socioeducativo tem a tarefa segundo Feroso (1998), “de prevenir e intervir, criando formas de mudanças positivas, ou seja, conscientizar o indivíduo de que ele pode aprender com o outro”. Por essa via, a prática pedagógica quando desenvolvida em contextos de medidas socioeducativas colabora para a construção de um projeto de vida baseado nas peculiaridades do perfil de cada adolescente.

Na educação não formal, o ensino e a aprendizagem em contextos socioeducativos acontecem de forma que o orientador social e o adolescente se tornam responsáveis pela construção coletiva do conhecimento, no entanto, as características das ações práticas das relações cotidianas não são desprezadas, pois essas vivências são os caminhos que levam à produção do conhecimento de cada sujeito.

Então se pode ressaltar que o desenvolvimento do trabalho pedagógico em espaços socioeducativos possibilita aos adolescentes infratores o exercício da livre cidadania com o objetivo de inibir novas situações de risco por meio do desenvolvimento de práticas educativas que proporcionem o fortalecimento dos vínculos com a família e a comunidade a qual estão inseridos.

No capítulo a seguir serão apresentados aspectos sociais, econômicos, culturais e afetivos que se supõe terem concorrido para a formação da identidade do adolescente infrator a partir de sua história de vida, ressaltando as transformações ocorridas no período da adolescência e algumas considerações sobre a medida socioeducativa de Liberdade Assistida na unidade do CREAS em Picos - PI.

2 O ADOLESCENTE INFRATOR E A SUA HISTÓRIA DE VIDA: ponto de partida ou de chegada?

Representar com exatidão o adolescente infrator é algo desafiador, pois já existem rótulos, estereótipos, que estigmatizam esse adolescente considerando o mesmo como perigoso para estar presente no espaço social aflorando dessa forma o sentimento de preconceito na sociedade, construindo uma barreira, impedindo que se conheça a realidade da situação na qual estão inseridos esses adolescentes.

Deve-se entender que a adolescência é uma fase de passagem entre a infância e a fase adulta e que nesse período ocorrem mudanças no corpo, na mente, no emocional, transformações sexuais nas definições de homem e mulher, e de caráter social que vão desestruturando esses sujeitos e interferindo no seguimento do processo de construção da identidade dos mesmos, pois de acordo com Paladino (2005, p. 35):

A identidade vai se formando passo a passo sendo intermediada por procedimentos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. [...] Ela permanece sempre incompleta, sempre sendo formada.

É preciso que se compreenda como acontece os processos que levam a construção da personalidade dos adolescentes, pois a mesma se constitui de uma junção de várias características que vão se formando com o tempo, a partir das experiências que vivenciam, do ambiente em que se desenvolvem e dos seres humanos com os quais convivem. A cultura é outro determinante dessa identidade juvenil. A seção que se anuncia tem a função de tecer considerações a respeito da identidade dos adolescentes infratores atendidos no CREAS de Picos-PI considerando alguns desses fatores de interferência.

2.1 Considerações sobre a adolescência e o adolescente infrator no espaço do CREAS

Na atualidade tem-se falado muito em temáticas que envolvem a adolescência, dando ênfase aos problemas causados por esses adolescentes com relação à prática de atos infracionais, o que os faz serem alvos de críticas e discriminação através dos meios de comunicação como autores de diversos atos de violência na cidade de Picos-PI. Hoje é frequente a divulgação por meio da mídia, informações apontando os atos infracionais

cometidos por adolescentes fazendo deles alvo da opinião pública que se posiciona contra esses indivíduos.

A exposição das infrações cometidas pelos adolescentes é clara, mas a mídia oculta o mais importante, o que está por traz desse adolescente, a sua história de vida, e as condições em que vivem com as suas famílias, fazendo com que a sociedade reaja com preconceito e discriminação rotulando-os de trombadinhas, moleques, criminosos, malandros, entre outros estereótipos. A sociedade aponta, mas não pensa naqueles indivíduos que estão envolvidos de forma direta nessa questão social, não pensa como as famílias se sentem ao ver os filhos enveredarem rumo ao mundo do crime.

Nesse direcionamento precisa-se refletir antes de quaisquer julgamentos, precisa-se conhecer o contexto de vida desses indivíduos, entender o que é a adolescência e quem é o adolescente para se compreender o que o faz desenvolver uma conduta negativa. É indispensável a sua identificação social, econômica, cultural e afetiva. De onde ele(a) vem, com quem convive, como convive e quais são os fatores que podem ter interferido ou interferir em seu desenvolvimento e logo, na construção de sua identidade.

A adolescência é considerada como um período especial no qual o adolescente passa por transformações intensas que vão afirmando a sua autonomia, esse processo de afirmação se caracteriza com a construção do seu “eu” como sujeito, momento em que a sua sexualidade aflora definindo-se como homem ou mulher. Nessa fase tão conturbada o adolescente busca certa liberdade para afirmar a sua identidade na sociedade. Desse modo, a busca por um diálogo verdadeiro se faz necessário para que haja uma maior compreensão da cultura na qual o adolescente está inserido, pois saber trabalhar com a realidade desse indivíduo valorizando as suas características peculiares é importante para que ele se desenvolva como ser humano.

Em conformidade com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (2006), o que se entende a respeito da adolescência, é que ela é um fator determinante para o desenvolvimento do adolescente de acordo com a aprendizagem que decorre das experiências adquiridas durante essa fase. Dessa maneira deve-se pensar na adolescência para além da faixa etária compreendida entre doze e dezoito anos, quando ocorre as transformações físicas, esse período deve ser visto como o momento em que as identidades dos adolescentes estão sendo construídas e aprimoradas de forma concreta, tempo em que eles buscam uma ponte de equilíbrio para construírem caminhos de crescimento.

Nessa acepção aventura-se considerar que é através dos processos de construção e reconstrução dos valores da cultura de cada um, que haverá uma interação com os processos cotidianos que vão se definindo e formando a personalidade de cada adolescente, pois o

mesmo é um sujeito social que tem a sua origem, o seu lugar e mantém relações sociais conforme a sua história e subjetividade.

No espaço do CREAS - Centro de Referência Especializado de assistência Social, na cidade de Picos, são oferecidos serviços especializados de atendimento e acompanhamento pedagógico, psicossocial, jurídico, entre outros, na unidade o adolescente é tratado com respeito, procurando-se compreendê-lo em sua essência humana, construindo vínculos que facilitam o convívio entre adolescentes, famílias e orientador social, pois o CREAS trabalha com a proposta de que o adolescente deve ter a participação ativa com relação as decisões que dizem respeito aos seus direitos e deveres.

Eles devem ser envolvidos nas questões que são relativas a adolescência e as questões sociais que envolvem a sua comunidade, pois como rege o ECA (1990) tanto a criança quanto o adolescente são compreendidos como sujeitos que possuem os seus direitos e devem ser auxiliados para construir o exercício ativo da cidadania que contribuirá para uma sociedade mais justa.

Os adolescentes atendidos no CREAS possuem uma faixa etária que vai dos 14 (quatorze) aos 20 (vinte) anos de idade, em sua maioria do sexo masculino, os mesmos são oriundos de famílias pobres que residem em bairros da periferia de Picos, nas quais a carência de recursos básicos como pavimentação das ruas, saneamento básico, iluminação pública, entre outros são gritantes em contra partida com a falta de atividades culturais, esportivas e de lazer.

Esses adolescentes são filhos de mães solteiras, pais separados, convivem em lares com famílias desestruturadas, com pais alcoólatras, usuários de drogas, (ex)presidiários, pais desempregados ou mães que trabalham o dia inteiro para custear as necessidades básicas da família impossibilitando-as de manter um cuidado mais próximo com os filhos adolescentes que se sentem rejeitados. Dessa forma usam essa falta de atenção dos pais, na maioria dos casos da mãe, para sentirem-se livres ao abandono dos estudos, que parece servir a outros e não a eles, por isso não valorizam, em muitos casos. Essa falsa liberdade os levam a se envolverem com o uso e tráfico de drogas, roubos, furtos e até mesmo homicídios.

Diante desses fatos, é realizada na unidade do CREAS em Picos atividades socioeducativas com o propósito de unir os adolescentes e suas famílias buscando promover a aproximação de ambos através do respeito e da reconstrução dos vínculos perdidos, pois a família é a base de todo ser humano e de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu capítulo VII, artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à liberdade e convivência familiar e comunitária além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2010).

O intuito dessa contextualização é prover esse estudo de ideias-sementes que potencializam o pedagogo como orientador social por reconhecê-lo capaz de oferecer aos adolescentes e famílias atendidas no CREAS, acolhimento e orientação, oferecendo um espaço para que eles possam ser ouvidos sem constrangimento, pois por estarem passando por um momento de desestruturação perdem as expectativas e os cuidados com os seus filhos desacreditando na esperança de mudança de vida. A nova seção dará conta da descrição crítica da medida socioeducativa de liberdade assistida no CREAS da cidade de Picos-PI.

2.2 A medida socioeducativa de Liberdade Assistida no CREAS de Picos

O atendimento realizado no CREAS de Picos-PI aos adolescentes autores de atos infracionais é integrado ao Sistema Nacional de Atendimento Social (SINASE) com aprovação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) em 2006, que se constitui a partir do Sistema de Garantia dos Direitos que vão envolvendo, articulando e integrando as redes de educação, de saúde, de justiça/segurança pública e de assistência social.

As Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Liberdade Assistida- LA) foram implantadas na cidade de Picos, em 2008, intermediada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, quando foi criada a Coordenação Especializada para o cumprimento dessas medidas. Nesse período foi implantada uma central especialmente voltada para o recebimento dos jovens infratores que cumprem a Liberdade Assistida.

A Prefeitura Municipal de Picos-Piauí intermediada pela Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) se responsabiliza por traçar estratégias de desenvolvimento de Políticas Públicas para promover a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), em seu Art. 119, preconiza:

Art. 19 Incube ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I – promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II – supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III – diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV – apresentar relatório do caso.

Assim, a municipalização do atendimento é assegurada ao adolescente infrator no município em que reside para que ele possa manter e fortalecer o contato e vínculos com a família e a comunidade a qual pertence.

Esse sistema é articulado para receber adolescentes infratores que cumprem medida socioeducativa em meio aberto e tem a sua importância reconhecida pela Secretaria de Assistência Social de Picos-Piauí, pois é através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, que os adolescentes infratores garantem os seus direitos.

A Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida é uma medida criada em consonância com as condições de vida cotidiana do adolescente, com o propósito de redirecionar as suas atitudes resgatando os valores, o convívio com a família e com a comunidade. É uma forma de intervir educativamente e está centrada em atendimentos especializados que garantem a inserção social do adolescente, intermediada por orientações que mantenham os vínculos familiares e com a comunidade, bem como a escolarização, oportunidade de inserir-se no mercado de trabalho ou em cursos profissionalizantes que garantam a sua formação profissional. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990), em seu Art. 118, estabelece que a Liberdade Assistida seja adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

As medidas socioeducativas são aplicadas pelo Juiz da Infância e Juventude, aos adolescentes que cometeram ato infracional de acordo com a gravidade da situação, participação e circunstância nas quais ocorreu o ato, levando em consideração a personalidade, estrutura física (humana) e psicológica do adolescente para realizar o cumprimento da medida, cabendo ao orientador social está capacitado para desenvolver ações pedagógicas de acordo com o Art. 119 do ECA(1990) que direciona os aspectos da família, ao promover o restabelecimento dos vínculos perdidos, aceitando e colaborando durante o processo socioeducativo da escola com a finalidade de incentivar a retomada aos estudos, permanecendo na escola com o objetivo de construir uma nova história de vida; e de vida profissional, estimulando a qualificação para o trabalho e visando uma oportunidade no

mercado de trabalho e na comunidade, promovendo o fortalecimento dos vínculos comunitários para que haja a reintegração do adolescente à sociedade.

Diante de todas essas atribuições que são também as garantias dessas medidas, compete ao orientador social, o estabelecimento de atendimentos pautados em metas a serem alcançadas, com o objetivo de uma nova proposta de vida para o adolescente e sua família, desenvolvendo laços de confiança para que possa ser feita uma reflexão a respeito da conduta do mesmo, avaliando o processo de desenvolvimento da sua caminhada, pois o adolescente age impulsionado por uma força e desejo de ser reconhecido pela família e sociedade o que acaba levando-o a envolver-se mais facilmente em situações de risco pessoal e social. Esses jovens cometem delitos, consomem drogas, se prostituem com o propósito de serem diferentes, de serem reconhecidos de terem autonomia e independência. É através da medida socioeducativa de Liberdade Assistida, que o adolescente poderá compreender os seus limites no que se refere a sua liberdade podendo dessa forma conquistar a sua cidadania.

Na cidade de Picos-Piauí, o CREAS realiza o programa de medidas socioeducativas ofertando o acompanhamento das medidas de Liberdade Assistida - L.A e da PSC - Prestação de Serviços à Comunidade. No presente trabalho deu-se ênfase a Liberdade Assistida.

A determinação para o cumprimento da Liberdade Assistida - L.A ocorre através do encaminhamento desse adolescente pela Vara da Infância e da Adolescência para o CREAS. De acordo com a análise documental realizada pela pesquisadora, o objetivo desse programa é promover proteção integral com ações que propiciarão aos adolescentes atendidos, as condições necessárias para que eles possam estabelecer um padrão de conduta que leve a ruptura com as práticas e atos infracionais, evidenciando a importância de considerar-se a subjetividade de cada um deles(as).

Durante a etapa de observação efetuada como parte desse estudo pode-se constatar a dinâmica estabelecida para o acompanhamento da medida. Inicialmente é feita a interpretação da sentença aplicada ao adolescente com a presença do seu responsável, pela assistente social, em seguida é feita a coleta de dados psicossociais dos adolescentes e sua família pela pedagoga. As visitas domiciliares e o atendimento individual são realizados pela pedagoga e psicóloga.

O atendimento às famílias é realizado objetivando colher informações sobre o comportamento do adolescente em casa, saber como é a realidade desse indivíduo e do meio em que vive para que possa ser feita à reconstrução dos laços familiares. Essas visitas domiciliares buscam uma aproximação com as famílias, com o propósito de orientá-las, pois segundo documentos analisados como o Plano Individual de Atendimento- PIA e o Plano

Municipal para Implementação de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Picos-PI, que facilitam o entendimento das relações familiares e visam a contribuição para a realização de projetos e o melhoramento do atendimento aos adolescentes e suas famílias.

A equipe técnica realiza avaliações rotineiras com os adolescentes, famílias e responsáveis com a finalidade de diagnosticar o percurso de cada um no cumprimento da medida ou da necessidade de possíveis mudanças de caráter pessoal por parte do adolescente, relacionadas às atividades desenvolvidas. Não se pode deixar de frisar que o acompanhamento das famílias dos adolescentes infratores é importante para a execução da medida, pois dessa forma possibilitará a não incidência do adolescente no ato infracional.

Segundo a pedagoga (orientadora social), o programa desenvolve atividades internas e externas como: oficinas de serigrafia, pintura em quadros, campeonato de futebol, oficinas de jiu-jítsu, palestras informativas e educativas. Acompanhamento psicossocial que consiste em apoiar, orientar e promover o acompanhamento às famílias dos adolescentes em conflito com a lei, direcionando a sua atenção para a promoção do fortalecimento dos vínculos rompidos entre os menores infratores, seus familiares e comunidade para que o adolescente possa posteriormente fazer parte novamente da sociedade sem serem submetidos a nenhum tipo de situação de vulnerabilidade que ofereça risco pessoal e social.

Também são realizadas parcerias que viabilizam o encaminhamento dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de liberdade assistida para o sistema regular de ensino, atividades esportivas e culturais, cursos profissionalizantes de programas do Governo Federal a exemplo do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, SEST – Serviço Social do Transporte - SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte que proporciona aos adolescentes a oportunidade de terem uma capacitação profissional para que eles possam conquistar melhores vagas no mercado de trabalho.

O CREAS possui atualmente 14 adolescentes com idade entre 15 e 20 anos que além de participarem das atividades descritas acima também participam juntamente com a orientadora social de processos pedagógicos de cidadania com o objetivo de fazer o acompanhamento e orientar os adolescentes para que eles venham a ter um futuro promissor, pois segundo Costa (1999) as medidas socioeducativas são identificadas como um meio que possibilita a socialização concretizando dessa forma um caminho com mais dignidade para a vida desses adolescentes, estabelecendo uma relação entre o educador e o adolescente infrator que se firma no processo de cumprimento da medida.

Tem-se, dessa forma, o norte que visualiza as atividades desenvolvidas no CREAS em seu caráter pedagógico, pois existe a presença de uma pedagoga como orientadora social das

medidas, é ela que orienta e articula as ações educativas com dimensões de aprendizagem que proporcionem aos adolescentes o desejo de terem uma vida melhor.

No presente capítulo foram feitas considerações sobre a identidade do adolescente infrator a partir de sua história de vida, ressaltando as transformações ocorridas no período da adolescência, e algumas considerações sobre a medida socioeducativa de LA - Liberdade Assistida, na unidade do CREAS em Picos-Piauí. No capítulo seguinte será detalhado o caminho percorrido pela pesquisadora para a realização da pesquisa, além de serem refletidos, discutidos e analisados os achados do estudo.

3 REFLEXÕES METODOLÓGICAS: o caminho e achados da pesquisa

No período de 31/10/2014 à 05/11/2014 passou-se a realizar a pesquisa no CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social da cidade de Picos - PI para se iniciar a coleta de dados que teve como objetivo geral investigar como é desenvolvido o trabalho pedagógico com adolescentes infratores que cumprem medidas socioeducativas de LA - Liberdade Assistida. Antes da primeira visita, no dia 31/10, foi realizado o primeiro contato por telefone com a Pedagoga para averiguar se ela poderia receber a pesquisadora e orientar a visita, ao que ela concordou e dessa forma foi possível realizar a observação do ambiente e ter o acesso a documentos da instituição como o Plano Individual de Atendimento-PIA e o Plano Municipal para Implementação de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Picos - PI. Na próxima seção e em atendimento ao proposto no projeto de pesquisa que ancora essa investigação será detalhado o percurso metodológico.

3.1 Contextualizando a pesquisa

A presente pesquisa classifica-se como qualitativa do ponto de vista da abordagem, que segundo Minayo (1999) [...] responde a questões particulares e se preocupa com o nível da realidade que não pode ser quantificada. No que se refere ao método utilizado trata-se do estudo de caso que de acordo com Gil (2010, p. 37) consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permite seu amplo e detalhado conhecimento. Acredita-se ser este o melhor caminho dada a especificidade dos objetivos da pesquisa, além de se ter uma única interlocutora, o que limita o alcance de informações, mas ao mesmo tempo permite um maior aprofundamento do objeto investigado.

A problemática norteadora deste estudo implica na necessidade de investigar como é desenvolvido o trabalho pedagógico com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de Liberdade Assistida no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, em Picos, Piauí.

Considerando-se essas premissas entende-se que a pesquisa qualitativa torna possível a coleta de dados utilizando técnicas que transpareçam a subjetividade dos sujeitos envolvidos na pesquisa. A esse respeito Richardson (1999, p. 82) afirma que “a abordagem de natureza qualitativa, além de ser uma escolha do pesquisador, se justifica por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Sobre isso se considera o estudo de caso, uma porta aberta por onde entrou a pesquisadora e através da qual ela abriu novas portas que

lhe permitiram sondar e verificar de forma segura seus questionamentos e suposições. Reportando-se, ainda, ao estudo de caso concebe-se ele como um método qualitativo que se resume na forma de estudar-se profundamente um fato isolado.

Nessa pesquisa explora-se as técnicas de observação e do questionário devido à propriedade com que esses instrumentos instigam a investigar a complexidade do problema, objeto desse estudo. Pois de acordo com Matos e Vieira (2001) a observação informa sobre os fenômenos inexplicados que desafiam a curiosidade e revela novos problemas. O questionário é importante, por sua vez, possibilita que as informações sejam determinadas de forma natural permitindo que a pessoa questionada responda naturalmente e emita a sua própria opinião. Richardson (2010).

Todo processo investigativo requer técnicas e instrumentos adequados para a coleta dos dados, no processo dessa pesquisa, optou-se por fazer uma observação sistemática que segundo Gil (2010, p. 37) [...] é frequentemente utilizada em pesquisas que tem como objetivo a descrição precisa dos fenômenos [...]. Essa medida foi salutar para o reconhecimento do local em que ocorreu a pesquisa sendo também *lócus* de atuação da interlocutora investigada.

A investigação também foi fundamentada em pesquisa bibliográfica e de campo, que de acordo com Matos e Vieira (2001) essa última é aquela que pode ser realizada a partir de um levantamento de material com dados já analisados e publicados. Como por exemplo: livros, artigos científicos, documentos, entre outros que falem do tema que se deseja estudar. A utilização desse tipo de pesquisa foi indispensável para subsidiar o tema estudado, pois referendou e reforçou a importância do trabalho do pedagogo em espaços não escolares através de autores(as), anteriormente, já citados, que se dedicam a esse campo de estudo.

A pesquisa de campo aconteceu no Centro de Referência Especializada de Assistência Social- CREAS, que fica localizado à rua Coronel Joaquim Balduino, n. 180, bairro Bomba, na cidade de Picos - PI. O CREAS, já devidamente apresentado em momentos anteriores desse estudo, é uma unidade estatal que presta serviços especializados para crianças, adolescentes e famílias que tenham os direitos violados. Na unidade, cenário da investigação, foi realizada a pesquisa de campo, tendo sido as informações coletadas seja através da observação ou dos momentos de conversas informais e com autorização de registro, anotadas em diário de campo para posteriores análises e reflexões da pesquisadora. A referida pesquisa de campo buscou uma interrelação entre o pesquisado e a interlocutora pesquisada na temática em questão, caracterizando-se como afirma Matos e Vieira (2001, p.46) “[...] pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas pesquisadas”.

Depois do reconhecimento do local e identificação da participante da pesquisa, nesse caso, a pedagoga, orientadora social como é chamada nesse espaço, aplicou-se o questionário. O instrumento aplicado nesta pesquisa constituiu-se de perguntas abertas, sobre ele Richardson (2007, p.192) assim se expressa: “caracteriza-se por perguntas ou afirmações que levam o questionado a responder com frases ou orações”. Com o propósito de ampliar os resultados e as relações que foram descobertas, o mesmo teve um roteiro elaborado previamente pela pesquisadora tendo como base os autores(as) lidos, a problemática em questão e os objetivos que se pretendia alcançar com relação ao tema da pesquisa.

3.2 O CREAS: espaço educativo e de convivência

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS é uma unidade pública estatal que presta serviços especializados e de forma continuada para crianças, adolescentes e famílias que tenham os seus direitos violados. Promove a complementação do seu trabalho com recursos e medidas para que não haja uma dispersão entre os serviços prestados e a potencialização das ações para com a sua clientela, promovendo dessa forma uma melhor qualidade do trabalho dos profissionais que atuam nesta unidade, que por sua vez ofertarão acompanhamento individualizado e especializado aos indivíduos.

O CREAS articula serviços de complexibilidade média produzindo informações em conjunto com os serviços de assistencialismo social de proteção básica e demais políticas públicas de garantia dos direitos humanos e movimentos sociais, estabelecendo formas permanentes de articulação desses serviços com encontros que visam discutir, analisar e avaliar as ações desenvolvidas na unidade, tendo como foco principal, atender as situações de vulnerabilidade bem como a violação dos direitos das crianças e adolescentes e o acompanhamento desses sujeitos que estejam cumprindo medidas socioeducativas em regime aberto, orientando as famílias para que elas possam elevar o nível de proteção aos indivíduos pelos quais são responsáveis.

Os serviços do CREAS também podem ser ampliados de acordo com a demanda de cada município averiguando a capacidade de se possibilitar o atendimento de risco e violação dos direitos dos idosos, moradores de rua, violência contra a mulher, entre outros. O CREAS é um órgão de prestação de serviço público especializado cuja função social primeira é proteger e garantir direitos.

O espaço que compõe a unidade do CREAS na cidade de Picos é compatível com os serviços que nele são oferecidos, com um local para receber as famílias das crianças e

adolescentes, para o atendimento individual e familiar, o desenvolvimento de trabalhos em grupo, as reuniões e as atividades que são orientadas para promover a sociabilidade das famílias, além de áreas relativas aos serviços convencionais. O CREAS possui um ambiente acolhedor que facilita a expressão das necessidades e opiniões de forma que garanta a privacidade, preserve a integridade e dignidade das pessoas que lá são atendidas.

A unidade funciona no segundo andar de um prédio que fica localizado à rua Cel. Joaquim Baldoino, n. 180, bairro Bomba, em uma área de fácil acesso para as pessoas que não possuem dificuldades de locomoção, mas com restrições aos que necessitam de acessibilidade, pois as rampas de acesso ao segundo andar são altas e o prédio não possui elevador e as instalações não se adequam às normas de acessibilidade.

O CREAS oferece em seu espaço, os serviços de acordo com as características locais e específicas do município, desde que tenha articulação com a rede de proteção básica e especial e coordenada por órgãos responsáveis por comandar as políticas de assistência social.

Na cidade de Picos, os serviços previamente ofertados pelo CREAS são: Serviços de enfrentamento à violência; abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes; serviço de orientação e apoio especializado para os indivíduos e famílias que tenham os seus direitos violados; serviços de orientação e acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade.

O funcionamento desses serviços devem ocorrer, em conexão, com os serviços que garantam a proteção social básica e especial, integradas com políticas públicas e instituições que tenham articulação com o Sistema de Garantia de Direitos, com o propósito de formar uma rede estruturada e permanente de proteção social.

Nos casos do Enfrentamento à Violência, ao Abuso e Exploração Sexual contra as crianças e adolescentes, e, levando em consideração, o estado vulnerável e frágil em que se encontram as vítimas e suas famílias, o CREAS desenvolve um atendimento especializado com procedimentos técnicos que viabilizam de imediato a proteção dessas crianças e adolescentes que foram vitimadas, bem como as suas famílias, oferecendo-lhes subsídios adequados para que ocorra o resgate da autoestima e a recuperação dos seus direitos de vivência e convivência com familiares e membros da comunidade.

O CREAS, também, oferece serviços de ações de prevenção e busca ativa onde agentes institucionais (educadores sociais), se deslocam para fazerem abordagens em vias públicas e em locais onde ocorram maior incidência de risco ou violação dos direitos das crianças e adolescentes caracterizadas como: abuso ou exploração sexual, comercial, trabalho infantil, etc. Os educadores realizam ações educativas como a orientação entre outras ações

que são necessárias e, promovem o acompanhamento para o Conselho Tutelar dentre outros serviços assistenciais realizados no município de Picos.

Diante dessa contextualização é de suma importância que exista uma ligação entre os Conselhos Tutelares e a Vara da Infância e da Juventude para que possam ser notificados os casos identificados, estabelecendo ou não a aplicação de medidas de proteção. A realização das abordagens também podem ser feitas com a participação de outros agentes sociais, organizações não governamentais que atuem nessa linha de trabalho, sendo que o grupo formado por educadores deve ser habilitada e com as qualificações necessárias para o desenvolvimento eficaz de suas atividades e deve constituir-se de homens e mulheres para que nas abordagens haja uma maior facilidade na construção de referências e vínculos. Seguindo serão apresentadas algumas instâncias e parcerias que apoiam os serviços de atendimento do CREAS em Picos - Piauí.

3.3 Instâncias, parceiros e profissionais que compõem o sistema de garantia dos direitos dos adolescentes

O CREAS conta com a colaboração do Conselho Tutelar que é encarregado de zelar pelo bem estar dos adolescentes que são submetidos a algum tipo de ameaça ou violação dos seus direitos, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social, responsável por zelar pela democracia de controle social tomando decisões justas no que diz respeito aos interesses coletivos da população, Conselhos de Políticas Setoriais, como Saúde e Educação, que proporciona ao adolescente infrator o direito a saúde e educação de qualidade para que ele possa exercer dignamente a sua cidadania.

Promotoria da Infância, Defensoria Pública, Juizado da Infância e Juventude, Polícia Militar que se responsabiliza pela segurança da população, trabalha com o propósito de prevenir as práticas de atos infracionais cometidas pelos adolescentes, Polícia Civil, incumbida de trabalhar na investigação de práticas de atos infracionais reunindo as provas necessárias para que o menor infrator seja julgado pelos seus atos, Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social e Ronda Cidadão.

Conta também com a parceria da Prefeitura Municipal, Igreja Católica, Igrejas Evangélicas, Cáritas Diocesana, Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Tecnológico, Coordenação dos Direitos Humanos e da Orientação Sexual, que zela pelos princípios que norteiam os direitos humanos e orientação sexual referentes a

igualdade de gênero, raça, posição social, credo, entre outros, promovendo a não discriminação como forma de garantia da igualdade entre os cidadãos. Coordenação da Juventude, Ministério Público do Trabalho e Emprego, ONGs, Universidades, CRAS, SCFV, Empresariado local.

Essas instâncias e parceiros são fundamentais para uma maior garantia dos direitos dos adolescentes, pois as mesmas reforçam e intensificam as ações que são desenvolvidas no CREAS, subsidiando melhores condições de vida para os adolescentes fortalecendo as relações com os seus familiares proporcionando a oportunidade de crescimento pessoal e profissional para esses sujeitos.

O CREAS em Picos conta com uma equipe de profissionais formada por uma (01) coordenadora, duas (02) assistentes sociais, uma (01) psicóloga, que traçam o perfil do adolescente infrator e de sua família para que possa ser providenciado o acompanhamento psicológico e de assistência social adequados para que o menor possa ser acompanhado e preparado até que esteja pronto para conviver dignamente em sua comunidade, uma (01) pedagoga (orientadora social), um (01) educador social.

Estes profissionais trabalham com a proposta de prevenção e orientação em casos de situações que envolva risco pessoal e social criando vínculos positivos entre os adolescentes e suas famílias contribuindo para que esse adolescente possa integrar-se novamente no meio social com consciência dos seus direitos e deveres como cidadão, salientando que ao orientador social é imputada a responsabilidade de realizar as buscas ativas em vias públicas e nos locais em que ocorre o maior índice de situações de risco e violação dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes.

Há ainda um (01) assessor jurídico que presta apoio e esclarecimento referente aos direitos e deveres do adolescente infrator, analisando cada caso e fazendo o encaminhamento para os órgãos competentes, um (01) auxiliar administrativo, um (01) motorista, uma (01) auxiliar de serviços gerais. O CREAS recebe estagiários nas áreas de: Direito, Serviço Social e Psicologia.

A unidade possui um quadro fixo de funcionários, mas com abertura para a contratação de outros profissionais quando necessário para a eficácia do desenvolvimento das atividades, pois o CREAS deve ter uma equipe de funcionários com qualidade, capacidade e quantidade suficiente para o atendimento a que se propõe.

O quadro de funcionários que compõe o CREAS além de ter as competências atribuídas à sua formação, também possui conhecimentos referentes à Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Política Nacional de Assistência Social –

PNA, Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, entre outras que regem o pensamento e conduta humana do MDS, bem como Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Política Nacional do Idoso – PNI, Estatuto do Idoso, Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Plano Nacional de Enfretamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, entre outros que garantam os direitos humanos.

O CREAS focaliza as suas ações nos casos de risco pessoal e social quando ocorre a ação de negligência para com os direitos humanos como a violência física/psicológica/sexual, ameaças, abandono, discriminação social e restrições ao desenvolvimento de uma vida plena e com autonomia.

Nesse contexto, o CREAS atende, prioritariamente, às crianças, adolescentes e suas famílias que se encontram em situações como: Crianças e adolescentes, vítimas de abuso e exploração sexual; vitimados pela violência doméstica (física, psicológica, sexual, abandono); em situação de mendicidade; que estejam sob medida de proteção ou medida pertinente aos pais ou responsáveis; em cumprimento da medida de proteção em abrigo ou família acolhedora e após o cumprimento da medida, quando necessário, suporte à reinserção sócio-familiar. Adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade; Após cumprimento de medida socioeducativa de Internação Estrita, quando necessário suporte a reincerção sócio-familiar. Famílias que estão inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti, que apresentem dificuldades no cumprimento das condicionalidades. Esses são os principais campos de atuação do CREAS e nele, a pedagoga protagoniza as principais ações. Adiante serão apresentados, discutidos e analisados os achados da pesquisa.

3. 4 Análise e discussão dos achados da pesquisa

Para a composição da análise das informações obtidas através do estudo foram realizadas conexões entre as informações presentes nos documentos da unidade, na observação, no questionário aplicado, na realidade do trabalho realizado pela pedagoga na unidade e as leituras feitas em livros e artigos sobre o tema em questão.

Através da análise das informações advindas da pesquisa foi possível constatar-se que o trabalho pedagógico que é realizado no CREAS em Picos – Piauí, com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de Liberdade Assistida tem o objetivo de resgatar os adolescentes infratores promovendo a reestruturação e o fortalecimento dos laços afetivos familiares além da sua reinserção na sociedade.

A atuação da pedagoga na instituição é fundamental, pois as suas ações articuladas vão se caracterizando como transformadores sociais, envolvendo os adolescentes e proporcionando o contato dos mesmos com diferentes tipos de práticas educacionais com o propósito de complementar as necessidades que envolvam a educação, o sistema emocional, afetivo, psicológico, cultural entre outras, que foram perdidos pelos adolescentes em algum momento de suas vidas.

Sabe-se que para atuação do pedagogo em ambiente não escolar é preciso formação e qualificação, Libâneo (2007, p. 38) fortalece essa afirmação ao dizer que:

[...] o pedagogo *stricto sensu*, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas socioeducativas de tipo formal e não formal e informal, diante das novas realidades, novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação das formas de lazer, mudanças nos ritmos de vida, presença dos meios de comunicação e informação, mudanças profissionais, desenvolvimento sustentável, preservação ambiental, não apenas na gestão, supervisão e coordenação pedagógica de escolas, [...].

A atuação da pedagoga no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS em Picos é destinada ao atendimento de adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas socioeducativas de Liberdade Assistida, é pautada na orientação e aconselhamento mediante visitas domiciliares e atividades desenvolvidas na unidade e em locais apropriados para as atividades que envolvem condicionamentos físicos, culturais e orientação educativa, com o propósito de reconstruir os vínculos de afeto e confiança entre os adolescentes e suas famílias objetivando a reinserção desse sujeito novamente na sociedade.

Em defesa dessa contextualização, a pedagoga foi questionada sobre a sua formação, respondendo que é graduada em pedagogia, com especializações em Psicopedagogia e AEE-Atendimento Educacional Especializado, mas que não recebeu em sua formação acadêmica os subsídios necessários para trabalhar fora do contexto escolar, entretanto tem procurado agir sempre buscando aproximação entre o aprendido e o vivenciado, hoje, no CREAS.

Para discutir-se e analisar outras bandeiras levantadas nesse estudo no que se refere ao trabalho do pedagogo nesses espaços fora da escola serão apresentadas as perguntas e respostas fornecidas pela interlocutora dessa empreitada investigativa para discussão e análise de forma que possibilite inferências, interpretações e contribuições para o alargamento das possibilidades que esse profissional tem em diversos ambientes sociais de formação humana diferentes da escola. Para esse fim foram elaborados quadros que sintetizam os mais importantes achados da pesquisa descritos através das verbalizações da interrogada. No

primeiro quadro levantou-se o questionamento sobre o desenvolvimento do trabalho pedagógico com adolescentes infratores no Centro de Referência Especializado de Assistência Social e sobre isto, a pedagoga respondeu:

Quadro 01: Desenvolvimento do trabalho pedagógico

<p>PESQUISADORA: Como é desenvolvido o trabalho pedagógico com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de liberdade assistida no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, na cidade de Picos – Piauí?</p>	<p>PEDAGOGA: São desenvolvidas atividades de reintegração do adolescente ao mundo social. São realizadas atividades/oficinas de serigrafia, pintura em quadros, campeonatos de futebol, oficina de jiu-jítsu, palestras educativas e informativas. Acompanhamento psicossocial</p>
---	--

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a resposta da Pedagoga as ações que envolvem os adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas de Liberdade Assistida, estão em um contexto de educação, cultura, esporte, entre outros, objetivando uma maior interação entre o grupo contribuindo para que haja a integração do indivíduo ao meio social, mas com capacidade de viver dignamente com possibilidades de inserção no mercado de trabalho, pois Gadotti (2000, p. 31) afirma que: “o modelo de educação assistencial é uma forma de caracterizar a exclusão com face de inclusão [...]”. Ou seja, a educação é a porta de escape para os indivíduos que vivem excluídos, às margens da sociedade.

Por essa linha de raciocínio, a Pedagoga concebe a educação como um processo coletivo e que deve buscar reconstruir através das atividades e oficinas, a identidade perdida por esses adolescentes no percurso da sua caminhada. Em seguida, a pedagoga foi questionada a respeito das relações existentes entre os saberes pedagógicos e a educação não formal levando em consideração o espaço do CREAS como pode ser visto no segundo quadro.

Quadro 02: Relações entre os saberes pedagógicos e a educação não formal

<p>PESQUISADORA: Quais são as relações percebidas entre os saberes pedagógicos e a educação não formal, particularmente, no CREAS?</p>	<p>PEDAGOGA: Estimular a participação da família no acompanhamento escolar do adolescente; na inserção do adolescente no contexto escolar promovendo o fortalecimento de ações de orientação às famílias sobre seus direitos e deveres conscientizando a rede de ensino sobre a necessidade da oferta de vagas e permanência do adolescente em conflito com a lei à escola para que eles possam conscientizar-se da importância da educação na socialização para a mudança de conduta, de comportamento. Fomentar ações, políticas e programas na área de adolescentes em conflito com a lei.</p>
--	---

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante do que foi dito pela interlocutora fica claro que as interrelações que envolvem o seu trabalho em um ambiente não formal de educação contribui para a ressocialização dos adolescentes atendidos no CREAS, promovendo uma maior aproximação entre a família e o adolescente. Ela concebe essas redes relacionais como objetivos a ser alcançados pelo CREAS e mesmo implicitamente deixa o precedente de que a escola não dá conta de fazer isso, necessitando desse atendimento em outros espaços. Segundo Fermoso (1998, p. 93). O educador social é um profissional que pode agir e interagir na prevenção e resolução dos problemas relativos à violência social. Como “profissional híbrido”, pode atuar de diferentes formas, designadamente com a família, com as crianças ou jovens [...].

Portanto, as interrelações que envolvem os saberes pedagógicos e a educação não formal tem o objetivo de contribuir para que seja concretizado de forma autônoma a integração dos adolescentes infratores e suas famílias no meio social, com o propósito de ajudá-los a desenvolverem e potencializarem-se no que diz respeito aos aspectos pessoais, sociais, no desenvolvimento da sua autoestima dando-lhes a atenção necessária e de acordo com o seu contexto cultural. Em seguida perguntou-se à pedagoga se no espaço do CREAS, o

adolescente infrator é compreendido em sua essência humana e história de vida. Nesse terceiro quadro descremos a resposta dada por ela.

Quadro 03: Compreender o adolescente através da sua história de vida

<p>PESQUISADORA: Em sua opinião, o adolescente infrator é compreendido em sua essência humana através de sua história de vida e de suas vivências no espaço do CREAS? Explique.</p>	<p>PEDAGOGA: Sim, o adolescente possui uma ficha PIA- Plano Individual de Atendimento, em que possui dados referentes a ele como: Identificação, situação jurídica (medida aplicada, LA ou PSC; vínculos sócio familiares; documentação civil, dados sobre a saúde do adolescente, escolarização, profissionalização, trabalho, situação habitacional. Dados sobre o acompanhamento do adolescente e de suas atividades desenvolvidas, visitas domiciliares, atendimento e acompanhamento da psicóloga, da assistente social e pedagoga (orientadora social). A partir desse diagnóstico situacional, a equipe técnica realiza um conjunto de procedimentos integrados a família e a comunidade que permitem o fortalecimento de vínculos sócio familiares, o convívio e a reinserção social do adolescente atendido.</p>
---	---

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme afirmou a Pedagoga, o adolescente que é atendido no CREAS é recebido e tratado com respeito independente do ato infracional cometido, pois o respeito e o diálogo sem discursos moralistas ou qualquer tipo de discriminação é fundamental para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e do cumprimento da medida. Para Charlot (1996, p. 47) “o adolescente é um sujeito, é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade, é portador de desejos e é movido por eles”.

Refletindo sobre a concepção de Charlot (1996) entende-se que o adolescente é um ser social, que tem a sua origem familiar, que ocupa um lugar determinado na sociedade encontrando-se dessa forma em algum tipo de relação social. Então se deve entender o adolescente de acordo com as suas condições de existência, levando em consideração as suas privações enquanto seres humanos, para valorizá-los pelo que eles são e não discriminá-los pelo ato que cometeram isso constitui uma saída para o desenvolvimento desses indivíduos como seres humanos. Por outro lado é motivo de preocupação, a redução desse adolescente a esses registros, sentiu-se falta de preocupações e ações mais humanizadora do próprio atendimento, que fossem além das estatísticas. No contínuo da pesquisa quis se saber sobre o alcance da medida socioeducativa para isso indagou-se como confere o quarto quadro.

Quadro 04: Papel e alcance da medida socioeducativa de Liberdade Assistida

<p>PESQUISADORA: Conforme a sua experiência de pedagoga que atua em espaço não escolar, qual é o papel e o alcance da medida socioeducativa de Liberdade Assistida para o adolescente infrator?</p>	<p>PEDAGOGA: O pedagogo juntamente com a equipe técnica do CREAS (assistente social e psicóloga) tem a responsabilidade de realizar o acompanhamento junto aos seus familiares do seu desenvolvimento biopsicossocial, conscientizando do seu papel de cidadão resgatando os valores, a autoestima. Dessa forma, a equipe deve buscar parcerias com as redes de sistema de garantia de direitos, com o objetivo de intensificar as ações, subsidiar melhorias das condições subjetivas da vida do adolescente, fortalecendo os vínculos familiares, como também, o respeito aos direitos humanos e aos adolescentes.</p>
---	--

Fonte: Dados da pesquisa.

Nessa questão entende-se que as medidas socioeducativas constituem-se um *lôcus* de aprendizagem para o adolescente, pois é importante que ele tenha uma orientação educativa com relação a infração cometida, entendendo-se que a pena que é aplicada aos menores de 18 anos deve ser diferenciada da dos adultos, existe uma perspectiva socioeducativa que se

desenvolve de acordo com a compreensão da pena estipulada pelo Juiz para cada tipo de infração cometida.

Considerando o sentido e o alcance da medida socioeducativa, compreende-se que de acordo com LDBEN 9.394/96, em seu Art. 1º, capítulo I: “A educação abrange os seus processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade e nas manifestações culturais”.

Sendo assim percebe-se que a medida socioeducativa busca reestruturar o adolescente e sua vida social possibilitando-lhe o contato com ações positivas que estabeleçam a sua inclusão social sem que ele tenha que ser afastado do convívio familiar e comunitário. Ao ser interrogada sobre as dificuldades que encontra para desenvolver atividades pedagógicas, a pedagoga respondeu conforme o descrito quinto quadro abaixo.

Quadro 05: Dificuldades para desenvolver o trabalho pedagógico

<p>PESQUISADORA: Quais as dificuldades que você encontrou no desenvolvimento das atividades pedagógicas no CREAS?</p>	<p>PEDAGOGA: Inicialmente, as dificuldades estão relacionadas ao cumprimento pelos adolescentes das medidas, ora imputadas pelo Juiz, pois todos os adolescentes acompanhados pelo CREAS são convocados a participarem das atividades, porém os adolescentes não comparecem, pois não são obrigados a estarem presentes em todas as atividades, mesmo que penalizados por seus atos infracionais. Faltam políticas públicas de qualidade que promovam a ressocialização do adolescente ao meio social, cultural, econômico (profissionalização).</p>
---	--

Fonte: Dados da pesquisa.

A Pedagoga esclarece que as maiores dificuldades com relação ao desenvolvimento do seu trabalho é a falta de interesse de alguns adolescentes em cumprir a medida, pois a mesma é estipulada pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude, mas não se pode obrigar o

adolescente a participar assiduamente das atividades desenvolvidas. Ela também coloca que a falta de políticas públicas adequadas dificultam o seu trabalho.

Em consonância com o Manual de Orientação das Medidas Socioeducativas Não Privativas de Liberdade (2000, p. 07), a Liberdade Assistida “é uma medida que impõe condições de vida no cotidiano do adolescente, visando o redimensionamento de suas atitudes, valores e da convivência familiar e comunitária”. Mesmo assim, a falta de interesse de alguns adolescentes para participarem das atividades desenvolvidas no CREAS é muito grande, mesmo sendo feita a conscientização das famílias e dos adolescentes da importância do cumprimento das medidas para o seu desenvolvimento humano, ainda não foi possível para esses indivíduos reconhecerem a importância dos processos educacionais para a sua vida. Para o conhecimento do recorte etário dos adolescentes atendidos no CREAS procurou-se saber a idade desse grupo em estudo.

Quadro 06: Faixa etária dos adolescentes

PESQUISADORA: Qual a faixa etária dos adolescentes que são atendidos no CREAS?	PEDAGOGA: A faixa etária desses adolescentes está compreendida entre 14 e 20 anos de idade.
--	---

Fonte: Dados da pesquisa.

Compreende-se que o CREAS atende adolescentes em conflito com a Lei com uma faixa etária que compreende dos 14 aos 20 anos de idade, essa fase é definida por Dayrell (2003) como um período que se passa da infância para a fase adulta, a adolescência é uma fase em que o indivíduo passa não só por mudanças físicas como também por mudanças psicológicas e sociais. Dessa forma, o adolescente está vulnerável e envolve-se mais facilmente em atitudes e comportamentos de risco pessoal e social.

Refletindo sobre a concepção desse autor entende-se que o adolescente é um ser humano que não possui, ainda, a sua identidade definida e tenta se afirmar na sociedade como autossuficiente, mas que ao mesmo tempo é frágil e busca um ponto de equilíbrio na caminhada rumo ao seu crescimento. Julgou-se pertinente traçar o perfil socioeconômico, cultural desses(as) adolescentes, então, buscou-se saber conforme a descrição no sétimo quadro.

Quadro 07: Estrutura social, econômica e cultural dos adolescentes

<p>PESQUISADORA: Qual o nível socioeconômico, cultural e a estrutura familiar dos adolescentes atendidos pelo CREAS?</p>	<p>PEDAGOGA: Percebe-se que os adolescentes em conflito com a lei são oriundos de famílias de baixa renda, residentes em bairros periféricos, carentes de atividades culturais, esportivas, a maioria dos adolescentes evadiram da escola, estão desempregados, se envolveram com o tráfico e consumo de drogas conseqüentemente, roubam, furtam, causam homicídio. Percebe-se também a falta de higiene, moradias inadequadas, o desemprego. Em relação a estrutura familiar em sua maioria famílias desestruturadas, vínculos rompidos, pais alcoólatras, usuários de drogas, pais desempregados, mães solteiras, domésticas que trabalham o dia inteiro, ausentando-se de casa e dos cuidados com os próprios filhos.</p> <p>Obs: a grande maioria o pai não consta no registro de nascimento (pai ignorado) ou padrasto.</p>
--	--

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Pedagoga os adolescentes atendidos pelo CREAS procedem de famílias de baixa renda e vivem em situações de exclusão social, privados de atividades culturais, de recreação e lazer, famílias desestruturadas financeira e emocionalmente.

Essas famílias, em sua maioria, são formadas pela mãe e os filhos, com os pais ausentes por causa do tráfico e consumo de drogas, álcool ou estão presos, entre outros, o que causa uma desestruturação nessas famílias atingindo principalmente os adolescentes que se encontram em uma fase delicada de transformação e construção de sua identidade.

Nesse sentido, Volpi (1999, p. 8) diz que: “são as crianças e adolescentes do Brasil que representam a maior parcela a mais exposta às violações de direitos pela família [...]”.

Portanto, a família é o principal elemento para a construção da identidade desses adolescentes. Foi interesse desse estudo investigar sobre o vínculo escolar desses adolescentes, para esse fim indagou-se como pode ser visto no oitavo quadro.

Quadro 08: Escolaridade dos adolescentes

<p>PESQUISADORA: Os adolescentes que são atendidos no CREAS estão matriculados na rede regular de ensino? Justifique.</p>	<p>PEDAGOGA: Os adolescentes são encaminhados pelo Juiz ou Promotor da Vara da Infância e Adolescente ao CREAS, para cumprimento das medidas socioeducativas que por vezes, em seu processo(do adolescente) o Juiz convoca a equipe técnica que trabalha a reinserção do adolescente e recomenda que ele(a) seja matriculado(a) em uma escola. Ou a equipe do CREAS (orientadora social, psicóloga e assistente social) motiva o adolescente a matricular-se em uma escola, bem como inseri-lo em programas do Governo Federal como o PRONATEC, SEST SENAT, entre outros.</p>
---	---

Fonte: Dados da pesquisa.

Entende-se que é necessário e fundamental que o adolescente esteja matriculado e frequentando uma escola, porém não é obrigatório, pois a maioria não quer estudar. Nesse caso, a orientadora social tem o papel de incentivar esses adolescentes a frequentarem a escola mostrando os benefícios que a educação pode lhes proporcionar, por que de acordo com o pensamento de Graciani (2006, p.3) entre:

As contribuições positivas da educação para a sociedade destacam-se duas: a reorganização da cidadania, pela criação de ordem mais justa, fraterna e o desenvolvimento das habilidades, competências para a vida, que permitam menos exclusão e desigualdades sociais e econômicas [...]. A educação é uma atividade para vida, que ocorre na família, na rua, na igreja, no trabalho, na escola e em todos os espaços sociais.

Considerando o pensamento da autora, ver-se que através da educação social podem-se diminuir as desigualdades sociais, oferecendo aos indivíduos a oportunidade para que eles

possam desenvolver as suas habilidades e as competências necessárias para terem uma vida em sociedade. Com o objetivo de compreender a relação que se estabelece entre o CREAS, a família e a escola perguntou-se e vem materializado nesse nono quadro.

Quadro 09: Relações estabelecidas entre CREAS, escola e família dos adolescentes

<p>PESQUISADORA: Qual a relação entre o CREAS, a escola, e a família dos adolescentes em conflito com Lei que são atendidos na Unidade?</p>	<p>PEDAGOGA: São realizadas atividades lúdicas, comemorativas, como por exemplo dia das mães, festa junina, festa natalina em que os familiares são convidados a participarem junto aos filhos (adolescentes) das atividades realizadas por esta instituição. Quanto ao relacionamento, sempre buscamos o respeito, o diálogo, a orientação quando necessária às famílias. Já foram realizadas rodas de conversa (terapia de grupo) com os familiares, palestras e também atividade profissionalizantes e terapêuticas.</p>
---	---

Fonte: Dados da pesquisa.

A Pedagoga considera que a relação entre CREAS, escola e família dos adolescentes infratores acontece de forma amigável, sempre pautada nos princípios do respeito e da solidariedade, buscando promover o diálogo e a orientação, construindo um elo entre ambas as partes. Desse modo, Libâneo (2007) ressalta que a pedagogia e as suas práticas estão ligadas aos processos sociais, caracterizando-se dessa forma como fenômenos constantes de modificações, investigando fatos reais do cotidiano e transformando-os em ações educativas.

Com esse entendimento, a Pedagoga, orientadora social atua como uma intermediária entre o CREAS, a escola e a família através das ações pedagógicas que são desenvolvidas na unidade com o propósito de contribuir positivamente para o processo de formação desses adolescentes que são atendidos pela instituição.

Nesse capítulo discutimos e analisamos os caminhos e achados da pesquisa, e abordou-se a compreensão que se teve a respeito da mesma. Para finalizar o esse trabalho serão tecidas as Considerações Finais nas quais serão apresentadas, de forma sistemática, as ideias centrais da pesquisa, enquanto, também, se reafirmará o caráter inconcluso da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade as demandas socioeducativas que a escola apresenta não são suficientes para suprir o campo extensivo de atuação do pedagogo(a). Dessa forma é necessário que se pense em uma educação envolvendo o sujeito como um todo, sendo que se trabalhe essa educação do ponto de vista didático e pedagógico que envolva processos de socialização, pois se sabe que através de processos socioeducativos vários jovens e adolescentes tem tido a oportunidade de mudarem de vida melhorando a sua autoestima, dando-lhes autonomia e a oportunidade de qualificação profissional.

As discussões apresentadas no presente estudo tiveram como objetivo geral: investigar como é desenvolvido o trabalho pedagógico com adolescentes infratores que cumprem medida socioeducativa de Liberdade Assistida no Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS. Foi com o propósito de ampliar essas discussões a respeito das práticas pedagógicas envolvendo questões conceituais, argumentativas e reflexivas que de certa forma contribuem para uma melhor compreensão a respeito do ato de ensinar que se realizou esse estudo.

Nessa perspectiva, levou-se em consideração os adolescentes infratores que cumprem medida socioeducativa de Liberdade Assistida e suas peculiaridades, para que se pudesse oferecer uma educação que, acima de tudo, possibilite uma aprendizagem que vá além das transmissões dos conteúdos sistematizados, proporcionando a sua valorização, fazendo com que eles sintam-se úteis, aceitos, parte integrante de um ambiente social.

Constatou-se no que diz respeito aos objetivos específicos, que os aspectos de maior relevância com relação as interrelações dos saberes pedagógicos. Notou-se que esses saberes utilizados em diferentes espaços, sejam escolares ou não, se tornam ainda mais importantes, pois ao enxergar a realidade social com um olhar mais sensível e humanizado, o pedagogo(a) é capaz de articular e executar ações que promovam a melhoria da qualidade de vida dos adolescentes infratores que são atendidos no CREAS, bem como suas famílias e comunidades.

Quanto a compreender quem é o adolescente através da sua história de vida, entende-se que a adolescência é considerada um período especial, no qual os adolescentes passam por transformações intensas em que vão afirmando a sua autonomia e que os mesmos possuem uma expectativa de futuro e buscam um ponto de referência, um ponto de apoio para seguirem em frente.

No que diz respeito ao alcance das medidas socioeducativas, enfatizando a Liberdade Assistida, entendeu-se que através das mesmas, o adolescente poderá compreender os seus limites no que se refere a sua liberdade podendo dessa forma conquistar a sua cidadania, pois as medidas socioeducativas são voltadas para a repressão de atos infracionais que são praticados por menores com o propósito de alertar o adolescente com relação ao ato infracional cometido por ele(a). Trata-se de uma reeducação, ressocialização desses indivíduos para eles(as) não mais estarem expostos à violência e ao mundo do crime.

Ressalta-se que a(o) pedagoga(o) como orientadora(o) social de medidas socioeducativas, mais do que ensinar precisa também aprender, ou seja, compreender o adolescente em seu espaço com as suas particularidades, aprender com as experiências de vida dessas(es) adolescentes para só assim, proporcionar condições favoráveis para o seu desenvolvimento humano e social e apontar caminhos que os direcionem para a construção de vínculos com os outros e a partir desses pressupostos ensinar com os olhos voltados para a realidade. Assim, o pedagogo(a) precisa ter a sensibilidade para entender e colocar-se no lugar do outro sabendo ouvir e aprendendo com essas experiências cotidianas.

Por esse prisma e tendo em vista as exposições feitas, acredita-se que essa pesquisa trouxe contribuições para se compreender o trabalho pedagógico em um espaço não formal de educação, fazendo o direcionamento das suas práticas para o atendimento de adolescentes em conflito com a Lei e que cumprem medidas socioeducativas de Liberdade Assistida, no CREAS, na cidade de Picos.

Dessa forma entende-se que é preciso preparar o profissional pedagogo(a) através do Curso de Pedagogia, nas suas diversas dimensões, principalmente naquelas que atendem a questões de cunho teórico, prático e metodológico, como também, no que se refere aos fundamentos legais tanto no espaço escolar quanto em contextos sociais não escolares.

Assim é necessário se conhecer o trabalho que é exercido pelo pedagogo em instituições não formais, e conseqüentemente, a possível inserção de uma disciplina nos Cursos de Pedagogia que prepare melhor esse profissional para atuar em espaços diferentes do escolar. Sugere-se essa alteração na grade curricular desse Curso, pois nos dias atuais há uma crescente procura por pedagogos que se disponham a atuar em áreas diferentes das ambiências escolares. Essa nova atuação do pedagogo está se tornando algo abrangente, mas questionamentos ainda são encontrados a respeito desse espaço que se abre pra o pedagogo em âmbitos não formais de educação.

É importante, que o Curso de Pedagogia esteja pautado em políticas epistemológicas que reconheçam as contribuições dos saberes pedagógicos em diversificados espaços sociais, reconhecendo assim, que o pedagogo(a) está apto(a) para assumir de forma consciente e profissional espaços de atuação diversos, pois para esses(as) profissionais, não basta “[...] interpretar o mundo de diferentes maneiras, o que importa é transformá-lo” (MARX, 1982, p. 11).

Diante do exposto espera-se que esse estudo seja um novo caminho pelo qual mais pesquisadoras(es) se animem a caminhar com anseio de fortalecer a certeza de que é de grande valia a atuação do (a) do pedagogo(a) em espaços educativos não formais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: **Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990**. – 3. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações, 2001.

_____. Conselho Nacional da Educação. **Parecer n. 03 de 21 de fevereiro de 2006**. Reexame do Parecer CNE/CP N. 05/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Para o Curso de Pedagogia.

_____. Secretaria de Cidadania e Trabalho, Superintendência da Criança do Adolescente e da Integração do Deficiente. **Manual de orientação- medidas sócioeducativas não privativas de liberdade**. Maria Aparecida Pereira Martins/ Goiânia: Setor Universitário, 2000.

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. **O que é educação**, 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHARLOT, B. **Relações com o saber e com a escola entre estudantes da periferia**: Caderno de Pesquisa – Fundação Carlos Chagas. São Paulo, n. 97, 1996, p. 47.

CUNHA, Luis Antônio, **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro, F, Alves, 1991.

_____, 1946. **Como elaborar projeto de pesquisa**. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

DAYRELL, Juarez. **Revista brasileira de educação: o jovem como sujeito social**. Número 24, p.24- 25. 2003.

FERMOSO, P. (1998). **La violência em la escuela: El educador- pedagogo social escolar**. In. PANTOJA, L. (org.). Nuevos espacios de la educación social. Bilbao: univercidad de Duesto.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GIL, Antônio Carlos, **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6. ed. – 3. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

GADOTTI, Moacir. **Pensamentos Pedagógicos Brasileiros**: São Paulo: Ática, 2000.

GRACIANE, Maria Stela Santos, **Pedagogia social: impasses, desafios e perspectivas em construção**. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL, Pedagogia Social. Março de 2006.

LIBANÊO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Pesquisa o prazer de conhecer**. Fortaleza: Edições Democráticas Rocha, UECE, 2001.

MINAYO et al. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro. Vozes, 1999.

MARX, Karl. *El Capital*, 3 tomos. México: Fondo de Cultura Económica, 1946, tomo I, p. 18. **Ensaio sobre o pensamento de Marx**. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 11.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas (et al.). – 3. ed. – 7. Reimpr. – São Paulo: Atlas 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e a Formação Profissional**. Petrópolis: Vozes, 2010.

VOLP, Mário (org.). **O adolescente e o ato infracional**. – 7.ed. – São Paulo: Editora Cortez, 2008.

APÊNDICE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- UFPI- CSHNB
CURSO: LICENCIATURA PLENA EMPEDAGOGIA**

INSTRUMENTO DE PESQUISA

QUESTIONÁRIO

“OS SABERES PEDAGÓGICOS E A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALISADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CREAS, NA CIDADE DE PICOS- PIAUÍ: UM ESTUDO DE CASO”

Prezada Pedagoga,

Solicitamos a sua colaboração e apoio no preenchimento deste instrumento. O referido instrumento serve de coleta de dado para o relatório de pesquisa, que é requisito final do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia sob a orientação da Prof^a: Maria Dolores dos Santos Vieira.

Nosso objetivo é investigar como é desenvolvido o trabalho pedagógico com adolescentes infratores que cumprem medida socioeducativas de Liberdade Assistida no Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, na cidade de Picos- Piauí.

Pedimos, por gentileza, o completo preenchimento deste questionário, lembrando que não há respostas certas ou erradas e o seu conhecimento não será medido, apenas necessitamos de informações que possam contribuir para a compreensão das “Contribuições dos saberes pedagógicos e a atuação do pedagogo no CREAS, nesta cidade. Em caso de dúvida sobre alguma questão estamos disponíveis para orientá-lo.

Obrigada por ter dedicado tempo e interesse em responder este instrumento.

Atenciosamente
Fernanda Moreira de Aquino

1-Identidade Pessoal e Profissional

1.2 Sexo: 1 () Masculino 2 () Feminino

1.3 Estado Civil:

1. () solteiro (a)

2. () casado (a)

3. () união consensual

4. () separação não judicial

5. () desquitado (a) ou separado (a) judicialmente

6. () divorciado (a)

7. () viúvo (a)

1.4.1 Local de trabalho

1.4.2 Função que exerce

2. Formação

1. () Cursando Graduação

2. () Graduação Completa

2.1 Caso você assinale o item (2), por favor responda:

2.1.1 Seu curso de graduação é:

1 () Licenciatura 2 () Bacharelado

2.1.2 Qual é o seu curso? _____

2.1.3 Você concluiu?

1. () Especialização 2. () Mestrado 3. () Doutorado

3 - Atuação do Pedagogo na Unidade

3.1 Como é desenvolvido o trabalho pedagógico com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de liberdade assistida no Centro de Referência Especializado de Assistência social- CREAS, na cidade de Picos- Piauí?

3.3 Quais são as interações percebidas entre os saberes pedagógicos e a educação não formal, particularmente, no CREAS?

3.4 Em sua opinião, o adolescente infrator é compreendido em sua essência humana através de sua história de vida e de suas vivências no espaço do CREAS? Explique.

3.4. Conforme a sua experiência de pedagoga que atua em espaço não escolar, qual é o papel e o alcance da medida socioeducativa de liberdade assistida para o adolescente infrator?

3.5 Quais as dificuldades que você encontrou no desenvolvimento das atividades pedagógicas no CREAS?

4- Perfil das crianças e adolescentes atendidos no CREAS

4.1. Qual a faixa etária das crianças e adolescentes que são atendidos no CREAS?

4.2. Qual o nível sócio- econômico e cultural e a estrutura familiar dos adolescentes atendidos no CREAS?

4.3. As crianças e adolescentes que são atendidos no CREAS estão matriculados na rede regular de ensino? Justifique.

4.4 Qual a relação entre o CREAS, escola, e família dos adolescentes em conflito com a lei que são atendidos na unidade?



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, **FERNANDA MOREIRA DE AQUINO** autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação **OS SABERES PEDAGÓGICOS E A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CENTRO REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS EM PICOS-PI: UM ESTUDO DE CASO** de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 23 de março de 2015.

Fernanda Moreira de Aquino
Assinatura